



## COMUM PARA QUEM?

PRICE, Todd Alan\*

### RESUMO

O objetivo deste ensaio “Comum para quem?” é explicar a um público amplo, internacional, a ideia geral da reforma da educação nos Estados Unidos e a necessidade desta ser entendida no contexto de uma agenda política maior, defendida por uma coagulação das forças corporativas e federais para assumir o controle da educação pública. Esta história é, certamente, de âmbito nacional e se reflete com toda a certeza e complexidade nos Padrões do Currículo Comum estabelecidos pelo Estado. No entanto, agendas políticas maiores não são visíveis no ar e os detalhes em ambientes locais, incluindo o meu próprio estado de Wisconsin, são fundamentais para a compreensão dos “quadros”, através do qual coligações de oposição e apoio à educação pública são formados. Assim, neste ensaio, detalhadamente, o autor – que é alternadamente professor, vídeo-documentarista e defensor da educação pública – personaliza o que esta tomada de controle da educação pública aparenta, de dentro da luta. Para concluir, uma das principais constatações é que a luta contra o Currículo Nacional Comum, enquanto autenticamente significativa, muitas vezes é desagregada (intencionalmente?) do ataque generalizado ao ensino público sob a forma de cortes no financiamento da escola, subsídios à escolas privadas usando os impostos pagos pelos contribuintes, e modelos de valor agregado que ligadas por avaliações de desempenho e consequente remuneração de professores limitam a autonomia profissional do professor e do pesquisador na formação de professores.

**Palavras-chave:** Base Nacional Curricular Comum. Educação Pública. Professores.

---

\* Todd Alan Price é Professor Titular e Diretor de Estudos Políticos da Escola Nacional de Educação na National Louis University, Illinois. É PhD em Currículo pela Universidade de Wisconsin-Madison. Seus estudos focam nas implicações da políticas educacionais e da reforma corporativa da educação em todos os níveis.



## **COMMON FOR WHOM?**

*PRICE, Todd Alan\**

### **ABSTRACT**

*The purpose of this essay “Common for Whom?” is to explain to a broader, international audience the general idea that education reform in the United States needs to be understood in the context of a larger political agenda by a coagulation of corporate and federal forces to takeover public education. This story is certainly national in scope and is reflected most assuredly but with complexity by Common Core State Standards. However, larger political agendas do not appear out of thin air and the details in local milieus, including my own state of Wisconsin, are critical for understanding the “frames” through which coalitions opposing or supporting public education are formed. Thus in this essay, with great detail, the author—who is alternately a teacher educator, video documentarian, and public education advocate—personalizes what this takeover of public education looks like from inside the struggle. To conclude, one key finding is that the struggle over Common Core State Standards, while an authentically significant one, is often disaggregated (intentionally so?) from the generalized attack on public education in the form of school funding cuts, public taxpayer subsidizing of private schools, and value-added models that—linked for performance evaluations and compensation—limit teacher and teacher education faculty professional autonomy.*

**Keywords:** *National Curriculum Common Core. Public Education. Politics.*

---

*\*Todd Alan Price is Professor and Director of Studies Political happenings of the National School of Education at National Louis University, Illinois. He is PhD in Curriculum from the University of Wisconsin-Madison . His studies focus on the implications of educational policies and the reform of corporate education at all levels.*

## 1 QUAIS SÃO AS POLÍTICAS POR TRÁS DA REFORMA EDUCACIONAL?

Durante os últimos anos, desde 2010, e especialmente durante o ciclo de eleições recém-completado de 2014, as Normas Comuns Estaduais<sup>1</sup> têm se mostrado uma questão política significativa. Em um caso próximo de minha casa, o governador do Wisconsin, Scott Walker, e alguns dos membros mais extremistas na legislação do seu partido Republicano tentaram dismantelar as Normas Comum Estaduais e substituí-las com uma configuração a ser determinada de normas estaduais, decididas por um conselho composto politicamente ainda a ser constituído.

Do outro lado estava Mary Burke. Uma política moderada, Burke foi uma mulher de negócios, membro do conselho do distrito escolar de Madison, e a Secretária de Comércio no governo anterior do governador democrata James Doyle. Burke optou por apoiar publicamente as Normas Comuns Estaduais. Ela e vários dos membros liberais do Partido Democrata apoiam as Normas Comum Estaduais, as defendem dos ataques mais fervorosos da seção de extrema direita do Partido Republicano e, como indicado neste ensaio da deputada democrata Melissa Sargeant, as consideram senso comum:

*Ao invés de injetar mais política num estado já polarizado, vamos voltar a focar no que funciona para nossos alunos. As Normas Comuns permitem que as crianças, em nossa sociedade cada vez mais móvel, estejam num mesmo patamar. Eu sei, por experiência própria, o quão benéfico isso é. Os cidadãos de Wisconsin valorizam nossa história de inovação e liderança em relação à educação pública. Sabemos que todas as crianças merecem acesso a educação pública de qualidade que vá fornecer a elas todas as ferramentas necessárias para que se tornem os líderes do amanhã (SARGEANT, 2014).*

Mas, para entender a divergência de opinião sobre as Normas Comuns Estaduais no Wisconsin, é importante notar a divergência de opinião sobre o financiamento das escolas e o papel do governo em fornecer educação pública igualitária e adequada.

## 2 DESMANTELANDO O SISTEMA PÚBLICO DE VOUCHERS EDUCACIONAIS

O governador republicano Scott Walker (que venceu, finalmente, a eleição para governador) continuou a instigar a ideia de expandir um programa estadual de vouchers educacionais, essencialmente um financiamento de escolas particulares com impostos públicos.

---

1 N.d.T.: Common Core State Standards

Do outro lado, a democrata Mary Burke optou por se opor a qualquer expansão do programa de vouchers. A questão desses vouchers foi retomada com o governador Walker e o Ato 10 da legislação republicana, que tirava dos professores os direitos de barganha coletivos, aumentava a quantidade de fundos que deveriam pagar por benefícios de saúde e cortava significativamente o orçamento estadual para distritos escolares locais. Além disso, o governador e a legislatura republicana continuaram a tentar expandir o programa de vouchers e as escolas públicas de funcionamento independente<sup>2</sup>. Em um artigo antes do comitê da Assembleia da Educação em 2011, eu argumentei que a maior preocupação deveria ser em relação a financiamento adequado e igualitário para o sistema tradicional de ensino público, e que os vouchers educacionais um grande esgotamento desses fundos:

### **LEI DE ASSEMBLEIA 92: VOUCHERS PARA OS RICOS**

*Há muitos anos, eu era membro do programa de pesquisa estudando o programa de vouchers, ou o que é chamado de Programa de Escolha Parental do Milwaukee.<sup>3</sup> Em nossas visitas para as escolas públicas de funcionamento independente, ficou claro que os assistentes de professores tinham pouco – se algum – treinamento formal de professores, e condições para ensinar e aprender eram menos do que ideais. Ao mesmo tempo, uma das escolas, Juanita Virgil, foi fechada. Para onde foram esses alunos? De volta para a escola pública. Várias outras escolas estavam enfrentando falência.*

*Enquanto comparações são difíceis entre as escolas públicas tradicionais e as de funcionamento independente, era claro que suas diferenças estatisticamente significantes eram mínimas. Ao longo dos anos, entretanto, o que era estatisticamente significativo eram as dezenas de milhões de dólares que saíram do distrito escolar público do Milwaukee, em direção às escolas públicas de funcionamento independente.*

*O argumento dado para esse programa experimental, que nunca foi votado pela legislatura, mas sim colocado como adendo na lei de orçamento, foi que ele serviria crianças pobres que não teriam acesso a educação de qualidade no sistema escolar público tradicional do Milwaukee.*

*Os problemas das escolas de funcionamento independente continuaram, em alguns casos com os administradores fazendo mal uso dos fundos; anos depois foi negado à Harambee Community School o financiamento do programa porque a escola não conseguiu ser oficialmente reconhecida. Essas escolas de*

---

2 N.d.T.: Charter schools..

3 N.d.T.: Milwaukee Parental Choice Program.

*funcionamento independente puderam usar fundos de impostos públicos sem produzir resultados de exames, e têm uma taxa muito menor de alunos que precisam de serviços de educação especial; aparentemente esses alunos têm problemas para encontrar espaço nas escolas de funcionamento independente, mas são desproporcionalmente representados nas escolas públicas tradicionais.*

*Enquanto Milwaukee luta contra pobreza concentrada, parece que a legislatura está preparada para não consertar a fórmula falha de financiamento escolar e dar uma mão para o Milwaukee e para outros distritos escolares desequilibrados, mas sim para abrir um rombo nos fundos escolares expandindo dramaticamente o programa de Escolha Escolar.*

*“Escolha Escolar” é um eufemismo interessante, persuasivo e estrategicamente atraente. Conjura uma visão de esperança, mas na realidade levou à destruição de sonhos e de nosso sistema escolar público. Em Chicago, onde trabalho com professores e alunos, e onde continuo a estudar com assombro o que passa por “reforma educacional”, “escolha” também é usada para sugerir a liberdade de escolher entre um potpourri de opções educacionais. Mas quando nos aprofundamos um pouco, as descobertas indicam que os alunos e suas famílias têm na realidade opções muito limitadas, se têm recursos limitados inicialmente.*

*Alunos e suas famílias lá têm poucas, se alguma, opções reais, só restando a retórica da escolha. Escolas de bairro foram substituídas pelas aparentemente inofensivas escolas de “matrícula seletiva”, mas o segredo velado é que “matrícula seletiva” realmente só significa ingresso restrito. E no caso do Programa de Escolha Parental do Milwaukee “escolha” realmente significa “voucher” e “voucher” há muitos anos já significa “evasão de brancos” das áreas urbanas. Queremos mesmo expandir os vouchers para o resto do estado? Para o resto do país?*

*Vamos então direto ao ponto: com a expansão da lei de “escolha” – abrindo as barreiras para que qualquer número de escolas privadas possa receber fundos públicos e eliminando o limite de renda para que famílias ricas possam assaltar o tesouro público – vem o roubo do nosso sistema escolar comum e a tapeação de nossas famílias mais necessitadas.*

*Vouchers e ingresso restrito à escola, é isso que temos em nossa frente hoje. Sob o discurso de “expandir” escolha, a realidade é tornar ilimitados os vouchers para os ricos porque, afinal, esse seria o resultado líquido se essa lei mal-concebida for adiante.*

A lei não passou, mas o debate dos vouchers retornou quando o governador e seu oponente opinaram sobre o assunto e sobre as Normas Comuns Estaduais. Escrevi outro artigo, publicado em 24 de outubro de 2014, com a ajuda do analista de políticas de financiamento escolar Scott Wittkopf, sobre o problema persistente de um sistema com falta de recursos:

## SUBSÍDIO PÚBLICO DE ESCOLAS PARTICULARES ESTÁ DESTRUINDO ESCOLAS COMUNITÁRIAS

*Há mais de 20 anos, um grupo de formuladores de política de educação e políticos se juntaram para criar uma política fundamentalmente falha de criar um subsídio público para escolas particulares no Milwaukee. Esse programa de subsídio está agora pronto para implementação estadual e, diferente de 20 anos atrás, agora podemos dizer com bastante certeza que esse programa está contribuindo para a destruição sistemática da educação pública no Wisconsin. Escolas em áreas de extrema pobreza urbana e rural já estão experimentando os efeitos dessa destruição sistêmica, assim como vários distritos escolares que devem passar referendo atrás de referendo para exceder o limite local de arrecadação só para conseguir manter os serviços educacionais mais básicos. Agora temos 20 anos de contexto não disponível para os defensores bem intencionados mas mal direcionados do programa de subsídio escolar. Eles tentaram criar políticas com implicações sistemas no vácuo de suas próprias ideologias. Já é hora de desistir desse experimento e focar no único sistema capaz de fornecer as melhores oportunidades educacionais para o maior número de crianças – o Ensino Público do Wisconsin.*

*O Ensino Público do Wisconsin é um sistema. O sistema financeiro escolar interage com fatores econômicos estaduais e locais para fornecer o investimento moral para o futuro da educação pública. Um colapso de qualquer parte do sistema, como verificamos na última década, afeta o sistema inteiro. Mais do que em qualquer outro momento na memória recente, oportunidade educacional é muito definida por onde os alunos moram, e por quem eles são.*

*Nossas escolas públicas são sistematicamente conectadas às nossas comunidades, grandes e pequenas. É virtualmente impossível para uma escola pública prosperar em uma comunidade que se encontra no meio de uma depressão socioeconômica. Todos os medidores de performance de escolas e alunos confirmam esse fato sistêmico. Ainda assim, não há discussão sobre usar esses medidores, como os Boletins Escolares, para determinar o que pode ser feito para melhorar os efeitos nas escolas e comunidades. Fatores como economia local/estadual, pobreza familiar dos alunos, ociosidade habitual, experiência dos professores, saúde da comunidade, participação dos pais e educação têm impacto significativo na natureza sistêmica da educação.*

*Com 20 anos de dados e pesquisa, sabemos agora que o subsídio público das escolas particulares afeta esses fatores sistêmicos na direção ERRADA – contribuindo para a destruição sistêmica da educação pública no Wisconsin. Desde a própria formação desses subsídios privados, formadores de política e políticos abandonaram qualquer consideração séria da causalidade sistêmica. Em vez disso, projetaram uma política falha baseada em uma ideologia de causalidade direta de curto prazo. 20 anos depois podemos identificar suas*

*lógicas falhas:*

1. *“Pais sempre tomarão as melhores decisões para seus filhos” – Isso é absurdo, e ignora uma grande quantidade de fatores sistêmicos críticos. Principalmente, que cada pessoa toma decisões em grande parte baseadas em emoção (98% de pensamento inconsciente, de acordo com as pesquisas mais recentes), e tendências pessoais, culturais, religiosas e ideológicas. Pessoas são muito influenciadas por campanhas de marketing emocionais como as apresentadas pelos defensores dos subsídios de escolas particulares.*

2. *“Competição vai melhorar todas as escolas” – Esse absurdo ignora a natureza irracional sistêmica da seleção enviesada (ver #1) e a irracionalidade de qualquer mercado impulsionado por uma ideologia de “suceda ou morra” (muito como o mercado de hipotecas). O efeito sistêmico criado por essa falsa premissa causou uma enorme disparidade de oportunidade escolar no estado, colocou ênfase demais nos “resultados a todo custo”, e resultou numa perda crítica de recursos nas escolas de maior necessidade.*

3. *“O programa de subsídio particular vai permitir às crianças mais pobres uma educação particular que não poderiam pagar de outra forma” – Podemos ver agora, por dados e pesquisa, que as famílias beneficiando desses subsídios têm renda superior à de seus colegas de escola pública, já estavam, em sua maioria, frequentando escolas particulares (e pagando mensalidade), e que as escolas particulares têm currículo muito mais restrito do que as escolas públicas – negando a essas crianças uma oportunidade de educação ampla.*

*Em cada um dos exemplos acima, o programa de subsídio de escolas particulares tem um efeito sistêmico negativo no sistema de educação pública, e nas crianças as quais serve – a maioria das crianças no estado. Um exame cuidadoso das origens desse sistema de subsídio privado nos fornece evidências ainda mais claras de que o programa foi criado em um vácuo ideológico, ignorando o impacto sistêmico de longo prazo que está sendo sofrido agora no Wisconsin.*

### ***Uma agenda ideológica desde o começo***

*Então há uns vinte e poucos anos eu estava trabalhando como um pesquisador assistente em duas capacidades: uma era a de mestrando com John Witte, um cientista político de UW-Madison avaliando o Programa de Escolha Parental do Milwaukee, e a segunda era em uma produtora de televisão, Progressive Communications Systems, para descobrir como esse plano controverso estava sendo financiado. No primeiro caso, era bastante claro que o subsídio vindo de impostos para alunos frequentarem escolas particulares (e em breve religiosas) não teria um efeito positivo demonstrável nas escolas públicas. Escolas públicas então e agora ainda servem à esmagadora maioria dos alunos americanos. No segundo caso, era bastante claro que o programa de subsídio privado estava sendo usado como uma agenda política e ideológica para estrategicamente fazer mal às escolas públicas.*

*Mesmo que o programa nunca tenha sido uma alternativa viável, ele de qualquer forma continuou seguindo em frente, principalmente através do financiamento garantido dos contribuintes públicos e do apoio das organizações de direita, como a Bradley Foundation. Tudo isso foi documentado em A Matter of Fact?, um documentário para televisão pública coproduzido por Price, e em um artigo que ele publicou: “Secular Humanism vs. Religion: The battle over vouchers in the USA” (“Humanismo secular vs. Religião: a batalha sobre vouchers nos EUA”). Ademais, em um capítulo em sua coedição Defending Public Education from Corporate Takeover (Defendendo a educação pública do domínio corporativo) chamado “Voucher Vultures” (“Abutres do voucher”), por Robert Miranda, foi levantado o argumento de que “escolha” e “vouchers” como formas de ajudar alunos pobres é uma fraude, uma que, como Miranda demonstra devastadoramente, enganou reformistas educacionais liberais/progressistas. “Vouchers” foram até dados como mortos por apoiadores conservadores, como Greg Enrig afirma em seu artigo de 2008 “An idea whose time has gone” (“Uma ideia cujo tempo passou”).*

*Então como aconteceu de subsídios de escolas particulares estarem novamente presentes na discussão política? Já que se tornaram irrelevantes, considerando No Child Left Behind (“Nenhuma criança deixada de lado”, que especificamente evitou mencionar as escolas de voucher), Race to the Top (“Corrida para o topo”, que especificamente expandiu as escolas públicas de funcionamento independente) e as Normais Comuns Estaduais (que se aplicam somente às escolas públicas tradicionais), por que vouchers ganharam novamente a atenção da mídia?*

### **Boa pergunta: Para que servem os vouchers?**

*Em um artigo recente do jornal Milwaukee Journal Sentinel, “Alunos perdem às custas de vouchers financiados por contribuintes” (“Students lose at expense of taxpayer-funded vouchers”), de 21 de setembro de 2014, os líderes da Associação Nacional de Educação (National Educational Association) e do Conselho da Associação de Educação do Wisconsin (Wisconsin Education Association Council) inequivocamente culpam os subsídios de escolas particulares pela perda de fundos de contribuintes pelas escolas públicas. Ainda mais significativa nesse artigo de Lily Ekelsen Garcia, da Associação Nacional da Educação, e Betsy Kippers, do Conselho da Associação de Educação do Wisconsin, são as suas perguntas incisivas: Para que servem os vouchers se eles não melhoram performance? Por que dólares de imposto devem ser direcionados para um sistema privado que não mede performance e não é responsabilizado?*

*O que esses líderes reconhecem, respectivamente, é que o governador Scott Walker está decidido a expandir os subsídios privados ao redor do estado, tendo recebido milhões de dólares de organizações “pró-voucher” como o Conselho de Troca de Legislação Americano (American Legislative Exchange Council – ALEC) e a Federação Americana para a Infância (American Federation for*

*Children – AFC). Walker e vários legisladores do partido republicano visam a desmantelar o sistema de educação pública do Wisconsin, um sistema que já foi invejado por todo o mundo. A cruzada anti-educação pública do governador Walker já inclui o Ato 10 (Act 10), que elimina os direitos de barganha coletiva para trabalhadores do serviço público (professores), e uma tentativa descarada de criar o partidário Conselho de Vigilância das Charter Schools (Charter School Oversight Board, que poderia passar por cima do conselho escolar local e democraticamente constituído). Com esse esquema de subsídios ressuscitado dos mortos, o governo Walker deixou claro seu desprezo pelos professores de escola pública, pelos conselhos escolares locais, e pelo sistema escolar público.*

*O suposto programa de “escola”, um experimento que começou na cidade de Milwaukee, não cumpriu a promessa de seus defensores, e ainda continuou consistentemente esgotando os cofres públicos, fazendo na prática o que inimigos da educação pública queriam que ele fizesse. Anos atrás, quando as ideias de escolas com fins lucrativos e organizações de gerência educacional eram sugeridas como ideias legítimas para “reforma” educacional (ver Politics, Markets and America's Schools, a “bíblia” do movimento de escolha escolar), Milwaukee foi visto como um lugar oportuno para experimentação. Mas, desde o começo, críticos atacaram o programa, declarando que ele era só um truque para desviar o foco do que deveria ser uma solução para o problema de uma fórmula falha de financiamento escolar dependente de impostos sobre propriedade. Encorajado pelas mesmas organizações que avançara os subsídios para escolas particulares – a Câmara de Comércio Metropolitana de Milwaukee –, “escolha” foi proposta ao mesmo tempo em que grandes corporações e negócios essencialmente renegaram suas obrigações fiscais. Contribuições fiscais de corporações diminuíram drasticamente como porcentagem do orçamento geral dos últimos vinte anos ou mais, desde que o esquema de subsídio surgiu, principalmente a mando da Câmara de Comércio de Wisconsin e do governo do governador Tommy Thompson. Afetadas pelos orçamentos escassos, cidades como Milwaukee e Racine ficaram presas à suposta Oferta Econômica Qualificada (Qualified Economic Offer – QEO), que colocava tetos de receita nos gastos escolares. Portanto a tempestade perfeita ocorreu quando custos crescentes e receitas decrescentes se somaram ao programa de subsídio de escolas particulares (primeiro em Milwaukee, agora também em Racine) que se apropriou de fundos muito necessários para escolas que ensinam crianças carentes das partes mais pobres da cidade.*

*O artigo de García e Kippers, portanto, é oportuno e bem-vindo porque indica ressurreição, uma solidariedade reanimada entre professores em oposição aos subsídios para escolas particulares e ao modelo corporativo de “reforma” educacional baseada em privatização. Esse movimento de “reforma” educacional cooptou funcionários eleitos, funcionários que optaram por servir os interesses da grande economia, como da Fundação da Família Walton (Walton Family Foundation), ao invés do bem público comum. Essa solidariedade era muito necessária, já que esse momento drástico do futuro da educação pública – tentando garantir que todas as crianças tenham oportunidades iguais para*

*aprender e prosperar – está na balança.*

### **Os dados foram lançados**

*Os apoiadores do subsídio privado sabem que o governador Scott Walker é o cavalo deles no páreo para destruir a educação pública. Se Walker ganhar, subsídios para escolas particulares podem se espalhar para o resto do estado, e depois para a nação, já que sua vitória indicará, sem dúvida, uma vitória da privatização. Suas outras péssimas ideias, como acabar com sindicatos de professores e supostamente diminuir os impostos através da expansão do financiamento por incrementos de impostos, debilitando crianças em bilhões de dólares, podem se tornar parte de uma campanha presidencial republicana.*

*Mas, antes que isso possa acontecer, Walker se encontra no meio de uma campanha governamental difícil contra sua opositora, Mary Burke, ex-Secretária de Comércio. Burke não é radical, e sua plataforma como empreendedora foi em boa parte punindo o governador por falhar em cumprir sua principal promessa de campanha – a de fornecer mais de 100.000 empregos. Burke, por sua parte, permite que o Programa de Escolha Parental do Milwaukee continue, e talvez acabe no futuro. Entretanto, ela categoricamente derrubou os planos do governador de crescer radicalmente sua própria versão monstruosa do programa de subsídio privado, “Escolha de Wisconsin” (“Wisconsin Choice”), tomando ainda mais dinheiro dos distritos escolares locais. Sua ideia de expansão dramática dos subsídios privados em um programa estadual – em vez da versão atual, viesada para estudantes em Green Bay e no sudeste do Wisconsin – iria devastar inteiramente o financiamento das escolas públicas e desmantelar o sistema de ensino público. O programa de subsídio privado estadual que ele e seus apoiadores corporativos visionam iria custar mais um bilhão de dólares de um sistema de financiamento escolar já debilitado, um sistema que já parece inconstitucional e que precisa ser reavaliado na última decisão da suprema corte (ver VINCENT v. VOIGHT). Com o lançamento do estudo chocante de Forward Wisconsin, The new segregation – Education funding: a longitudinal study of Wisconsin education funding (A nova segregação – Financiamento escolar: um estudo longitudinal do financiamento escolar no Wisconsin), são oferecidas uma variedade de evidências de que existe um abismo entre distritos escolares pobres e ricos... e esse abismo está crescendo. De fato, a Rede de Educação Pública do Wisconsin (Wisconsin Public Education Network) pergunta especificamente: “como você propõe financiar um sistema de vouchers estadual completo que vai custar centenas de milhões em dólares dos contribuintes depois de implementado?”.*

### **Uma ameaça iminente**

*Para enquadrar bem o perigo, Wisconsin foi historicamente uma liderança, fornecendo oportunidade e excelência acadêmica. Junto com o sistema da Universidade do Wisconsin (University of Wisconsin), o estado, o distrito e as comunidades têm muito do que se orgulhar, e a história também incluiu*

*professores solidamente de classe média. Professores são nossos servidores públicos mais valiosos, e merecem bons benefícios e um salário de classe média. Essa suposição foi questionada pela direita reacionária e, por tanto, salários de professores, compensação e benefícios se tornaram alvos daqueles que creem que a educação é custosa demais, e impostos altos demais. Mas professores não causaram o aumento de impostos – corporações se mudando para o México e a China causaram –, e culpar as escolas pela economia ruim (desde a Nation at Risk – Nação em Risco – de Reagan) é um boato desgastado que nem se aproxima da realidade.*

*Em vez disso, culpe os bancos. Um investimento em professores e escolas públicas, ao invés de resgatar especuladores vorazes e capitalistas de risco, seria o investimento mais sábio de todos, com dividendos. Crianças educadas, qualificadas e eficientes tornadas adultas seria o resultado. Certamente, não podemos negar que esse dividendo não foi igualmente distribuído no Wisconsin ou alhures, e é uma pena que só agora tenhamos os resultados: famílias afro-americanas vivem nas piores condições de trabalho e moradia da nação no Wisconsin. Isso é uma tremenda vergonha e deve ser uma preocupação imediata e necessária.*

*Mas escolas particulares não são a solução. Padrões de pobreza históricos e raciais não são resolvidos através da transferência de fundos de escolas com recursos ruins, muito menos pelo ataque e difamação de professores como se eles fossem culpados pela ruína e decadência das cidades um dia industriais de nossa nação. Também não são soluções de longo prazo para o mal de nossa nação jogar um bote salva-vidas, um subsídio, ou uma escola pública de funcionamento independente. Escolas particulares subsidiadas, apesar de anunciadas como um método para que escolas públicas possa competir, simplesmente contribuem para a destruição sistêmica da educação pública.*

*A realidade é que as verbas do subsídio privado, o dinheiro dos contribuintes, vão principalmente para alunos que já estudam em escolas particulares. E competição não acontece, nem resulta em qualquer mudança substancial nas condições trabalhistas de pais e famílias ainda sofrendo com décadas de negligência e com a recessão econômica recente. As escolas são só as últimas na fila, as recipientes da pobreza e da decadência das cidades. É melhor consertar as cidades, desenvolver programas de trabalho governamentais, consertar as estradas, pontes, infraestrutura, botar as pessoas de volta no trabalho para que o dinheiro flua e mais renda seja gerada para voltar para nossas comunidades e escolas sitiadas. Começar a abordar a natureza sistêmica real dos nossos problemas comunitários e educacionais.*

### ***Tempo de mudança***

*Esse é um momento oportuno para finalmente expor o programa de subsídio de escolas particulares pelo que realmente é: uma má ideia, e uma que deve sumir no horizonte. Já passou muito da hora de abordar seriamente o negócio de salvar*

*as escolas públicas e oferecer a todas as crianças a liberdade de oportunidade que uma educação pública de qualidade permite. Se não o fazemos, pela primeira vez em muitas gerações, nossas gerações futuras não terão nem a possibilidade de saber o que é possível na vida – a não ser que tenham sorte o suficiente de estarem na escola “certa” na comunidade “certa”.*

*Wisconsin deveria mandar para o governador Scott Walker um aviso de demissão, e restituir os bilhões de dólares que ele tirou das mãos de nossa comunidade. Precisamos então seriamente consertar a fórmula de financiamento escolar e financiar completamente a educação pública!*

Walker ganhou a eleição, e o ataque contra a educação pública continuou.

O problema real com a dicotomia Republicana e Democrata é sobre o papel do governo na educação. A facção de “direita”, ou “Tea Party”, do partido republicano tem a intenção de dismantelar as Normas Comuns Estaduais, e suas críticas têm sido de reenquadrar as Normas Comuns como “Obamacore” ou exagero de intervenção do governo federal, analogamente ao “Obamacare”, conhecido também como o Affordable Care Act (ACA – Ato de Saúde Acessível). Então não é nenhuma surpresa que eles queiram atacar a educação pública sob o pretexto de ir contra as Normas Comuns Estaduais.

Meu testemunho na audiência de educação do Senado em março de 2014 alegou que o Wisconsin não deveria neste momento abandonar as normas – como desejava a facção anti-Normas Comuns Estaduais do Tea Party. Esse esforço da parte deles custaria ao estado centenas de milhões de dólares, enquanto o Departamento de Educação teria certamente processado o estado e colocado-o de volta sob a lei No Child Left Behind (Nenhuma criança deixada para trás), da qual o Wisconsin é isento. Segue o testemunho:

**PROJETO DE LEI 619:  
NORMAS ACADÊMICAS MODELO... PARA O TEA PARTY!**

*Ao Comitê de Educação do Senado,*

*Obrigado pela oportunidade de falar sobre este assunto hoje. Meu nome é Todd Alan Price, sou o diretor de liderança e papéis especializados na Universidade Nacional de Louis (National Louis University), que tem campi em Chicagoland mas também um em Milwaukee, onde meus colegas e eu desejamos incluir excelentes professores, diretores, psicopedagogos, orientadores escolares, pesquisadores e, sim, ocasionalmente filósofos da educação no campo da educação PK-20.*

*Respeitosamente, vou dirigir meus comentários especificamente ao projeto como ele se encontra. Eu o li e acredito que o desafio que se apresenta não vai ser resolvido hoje, mas sim continuar a crescer com o tempo. As Normas Comuns Estaduais, como acredito que todos saibam, pelo menos, não por conta própria, mas na configuração atual da reforma educacional, pelo menos teve um papel em trazer à tona a questão de normas para quem, e educação para o quê, e quem deve estar envolvido, e o que está em jogo. O projeto de lei SB619 planeja abordar esses problemas e não foi projetado para, pelos caprichos da legislatura, mudar a composição do que toma decisões per se, mas sim para tratar do papel do Wisconsin como estado no processo decisório: normas para quem, educação para o quê, quem deve estar envolvido e, afinal, o que está em jogo?*

*Em um sentido a educação, pelo menos em sua forma institucional, é uma questão muito prática: aborda o que devemos fazer com nossa juventude por algumas horas durante o dia, várias horas por semana, e várias semanas por ano. Por boa parte da minha vida adulta, porque não falávamos assim quando eu estava na escola, crises educacionais parecem estar presentes. Desde que essas palavras foram pronunciadas, uma Nação em Risco, crianças em risco, e crianças deixadas para trás, parece que houve um ritmo constante para tentar resolver essa crise, mas passei muito da minha vida adulta fazendo as perguntas críticas: em risco de quê, e o que estamos de fato deixando para trás? Voluntario, em primeiro lugar, que eu compartilho da preocupação em geral de que muito da reforma educacional para resolver o problema parece ter resultado em mais reforma e menos mudança, crianças em escolas ainda deixadas para trás. Tendo dito isso, estou impressionado com o progresso, às vezes apesar das reformas, e às vezes como resultado de alguns dos insights fornecidos pelas melhores intenções das reformas, que tem impacto nas vidas das crianças nas escolas. Falo como um profissional especificamente sobre os exemplos nas escolas de Chicago na qual conduzimos pesquisas, nos modelos exemplares de co-educação, no uso poderoso de design universal de ensino para atingir a todos os alunos, e no envolvimento de nossos alunos, os residentes nos programas residenciais nos quais eles têm aulas enquanto envolvidos na própria sala de aula, às vezes com o corpo docente também embutido na escola para fornecer apoio imediato e conselhos. Também como um pai, me impressiona minha própria escola primária Kenosha, onde meus filhos estão aprendendo matemática e línguas, além de desenvolvendo seus próprios pensamentos críticos mesmo na idade mais nova possível por conta de professores comprometidos e poderosos.*

*Para retornar ao tópico em questão, um conselho proposto para a supervisão de Wisconsin, acho que devemos considerar algumas coisas: antes de nossa nação e de nosso estado hoje em dia, a padronização tem uma história complicada. Já considerada como uma decisão previdente, que cada criança tenha pelo menos um quadro negro e livros didáticos para prosperar, os testes padronizados de enorme peso, quando se chega no ensino médio, tiraram o ar da sala da forma como ensinar voltado para os testes tende a fazer. Francamente, me vejo frequentemente desencorajado porque mais avaliações nunca parece resultar em melhores avaliações; sempre parece restrito em sua concepção e visão. Tem*

*muita conversa sobre competitividade global no horizonte da reforma educacional, e frequentemente, devo dizer, a ala política me deixa um pouco frio.*

*Normas Comuns Estaduais são adotadas na escola do meu filho e os professores são versados em usar seu próprio currículo para expandir seus interesses. Como vocês ouviram hoje, as normas de fato podem fornecer melhores oportunidades para pensamento crítico, solução de problemas e aprendizado autêntico, com comprovantes ao redor do mundo. “Podem”, no entanto, é a palavra de ordem; a não ser que os testes e implementação sejam inteiramente controlados e que os educadores tenham tempo para pensar e trabalhar o que são partes do todo para avançar aprendizado, as Normas Comuns podem se juntar aos programas No Child Left Behind, Goals 2000, e outras tentativas falhas de reforma educacional.*

*Se você está se perguntando qual é minha posição sobre o projeto de lei do qual tratamos hoje, direi que acho que, enquanto as Normas Comuns não são a resposta, a solução para os problemas das Normas Comuns não é indicar um conselho politizado para tomar decisões que importam no que diz respeito a normas educacionais. Eu acho que uma resposta melhor é de fato empoderar atores locais para tomarem decisões sobre suas próprias normas (quaisquer que elas sejam) e currículo, complementado com uma reflexão sobre o papel do estado e da nação na educação pública. Essa é uma conversa importante que, se conseguíssemos juntar tantas pessoas quanto temos aqui hoje em reuniões de conselhos escolares, poderíamos avançar.*

*Eu me oponho ao Projeto de Lei 619 – Criando um Conselho Modelo de Normas Acadêmicas – porque acredito que isso erra o alvo e parece exagero do governo. Minha crença é que psicopedagogos, orientadores educacionais, diretores, e líderes de professores estão comprometidos a inspecionar normas, currículos e outros trabalhos sobre ensino e aprendizagem constantemente e que esse processo precisa continuar. Entretanto, acredito que o estado, o estado do Wisconsin e a legislatura estatal, tem um papel crítico, e acredito que estamos chegando em um ponto em que precisamos ter uma conversa aberta sobre a questão do papel local, estadual e federal em aspectos relacionados a educação, saúde, criação de empregos, e mais. Vamos começar essa conversa. Eu acho que as Normas Comuns se tornariam rapidamente uma não-questão quando nos comprometermos a isso. Obrigado por seu tempo.*

Ativistas do Tea Party argumentam contra as NCE (CCSS) com a mesma voracidade com que atacaram a lei de saúde. Testemunho desse fato é o trecho seguinte de um *press release* estadual seguinte à tentativa falha de dismantelar as NCE em 2014:

*Só uma olhada para o leste nos revelaria que a implementação total da NCE já foi um desastre completo em estados como New York e Kentucky, causando tremenda revolta pública de pais, professores e contribuintes. Conservadores e progressistas estão lutando contra as NCE de mãos dadas nesses estados e em*

*outros, assim como o fariam aqui. Você sabe que eles estão descobrindo nomes e trabalhando para tirar pessoas de cargos públicos em New York e outros lugares por conta desse fiasco “educacional”? Você acha que o mesmo não vai ocorrer no Wisconsin? Você acha que ainda não começou? (23 de abril de 2014; Parabéns. Você ganhou. Uma carta aberta para os representantes eleitos do estado do Wisconsin na total e iminente implementação das Normas Comuns Estaduais – Congratulations. You own it. An open letter to Wisconsin state elected officials on the full and imminent implementation of Common Core State Standards).*

Mas o Tea Party não está só em suas críticas às Normas Comuns Estaduais. Em uma série de ensaios, curricularistas trouxeram à tona questões relativas à imposição, eu mesmo incluso. Em outro ensaio, um artigo para o *People's Tribune*, eu essencialmente argumentei que as Normas Comuns Estaduais foram efetivamente ligadas a Race to the Top... forçando todos que aceitarem o dinheiro do Departamento de Educação federal a abrir mão de seu controle local do currículo e das decisões sobre instrução:

### **O QUE É MESMO COMUM: EDUCAÇÃO PARA POCOS**

*CHICAGO – As Normas Comuns Estaduais foram desenvolvidas pelos governadores James Hunt e Robert Wise, apoiadas pela Associação Nacional dos Governadores (National Governor's Association – NGO) e pelo Conselho de Funcionários Chefes Escolares Estaduais (Council of Chief State School Officers – CCSSO), e alimentadas com muito capital filantrópico, incluindo da Gates Foundation. O governo federal, inicialmente às margens, agora apoia a iniciativa. Race to the Top, o programa de incentivo mais conhecido do presidente, requer estados que disputem fundos de estímulo para se comprometerem a instalar normas como as Normas Comuns. Estados devem adotar “medidas de valor agregado” para professores em salas de aula. Isso significa que professores ensinam de acordo com as normas e são avaliados de acordo com as notas de seus alunos.*

*Mais de 45 estados, se recuperando de mal-estar econômico, “correram” para ganhar os fundos, concordando, no processo, com utilizar as Normas Comuns. Apesar do dinheiro de estímulo (o “incentivo” para usar as normas), a campanha de relações públicas intensa, e um alto nível de apoio político, as Normas Comuns parecem prontas para implodir. O que aconteceu? E por quê?*

*Defensores argumentam que as Normas Comuns alinham currículo com padrões internacionais, usam fontes primárias, ajudam professores em estruturar lições, igualam as oportunidades entre salas de aula e alunos que vão de escola em escola, e focam em pensamento crítico, solução de problemas e habilidades de raciocínio. O que há para não gostar? Pais em New York ficaram chocados*

*quando as notas de seus filhos colapsaram durante os primeiros testes. Professores estão agora lutando contra o Departamento de Educação do Estado de NY por conta da adoção falha das Normas Comuns, que criou frustração difundida entre escolas, famílias e comunidades. Outros questionam como as escolas podem pagar por todos os aspectos do programa.*

*Agora, até os próprios estados estão preocupados. A Assembleia de New York votou a favor de atrasar algumas partes do programa. O Comitê Educacional do Senado de Wisconsin tentou substituir as normas com suas próprias, usando um conselho de indicados políticos. Republicanos do Tea Party que caluniavam o Affordable Care Act (Obamacare) agora caracterizam o programa como Obamacore e lavagem cerebral do governo.*

*Mas o maior problema com as Normas Comuns é a forma com que corporações, na cama com o governo, estão administrando a reforma educacional e, no processo, deixando de lado as vozes dos alunos, professores e pais. Gates e seu bando, aliados ao Departamento de Educação, usam o programa para lançar os padrões “corra para o topo” (“race to the top”): privatização da educação pública, pagamento por mérito, e vigilância nas escolas. Sob tais condições, não é surpreendente que a promessa do programa de criar alunos que serão “competitivos no mercado global de trabalho”... soe oca. Quando trabalhos são escassos, as Normas Comuns significam correr direto para baixo. Wall Street tem todo o poder, terceirizando, automatizando e envolvendo-se com capitalismo de cassino. O objetivo é mesmo um currículo nacional, mas com corporações ao centro do governo.*

*Onde que o plano de aula das Normas Comuns vai ensinar sendo controlado por corporativismo? Em vez de um roteiro pré-produzido, precisamos pensar sobre um currículo nacional, tendo em mente os interesses dessa nova sociedade sem empregos, que encoraja todos a contribuir. Essas são as perguntas reais que os educadores devem fazer enquanto se opõem às Normas Comuns.*

Em seu nível mais alto, corporativismo domina as plataformas dos dois partidos. Apesar da oposição republicana no nível mais básico às Normas Comuns, há na realidade muita afinidade por republicanos e democratas à ideia de que educação deve se alinhar com as necessidades do mercado. Aqui resumido de um artigo brilhante está a explicação do apoio bipartidário das Normas Comuns Estaduais:

*A nova proposta educacional das Normas Comuns é compartilhada por liberais e conservadores porque ambos aceitam que crescimento capitalista necessita do que David Brookes chama de “inteligência mecânica” e que os jovens devem ser ensinados nessa forma de de inteligência. Nenhum dos partidos vê educação como dar aos jovens a oportunidade de se liberar da missão de “crescer a economia” sob a direção da Regra do Mercado. Ambos partidos concordam que essas normas servem melhor às necessidades dos recursos humanos*

*corporativos, ignorando quão obsoleto treinamento de alta tecnologia se torna em nosso mundo de alta tecnologia (Natoli, 2014).*

## **Medidas de valor agregado nas Normas Comuns Estaduais**

Crescentemente controversa é a suposição de que a educação pública nos Estados Unidos deveria ser colocada sob padrões nacionais, o que efetivamente indica que as Normas Comuns Estaduais acabam se tornando nosso “currículo nacional” (MATHIS, 2010). NCE foi desenvolvido por reformistas educacionais e apoiada pelo Conselho de Funcionários Chefes de Escolas ( Council of Chief State School Officers – CCSSO) e pela Associação Nacional de Governadores (National Governors Association – NGA). NCE é baseada em normas anteriores, criadas pelo Consórcio Interestadual de Avaliação e Apoio de Professores (Interstate Teacher Assessment and Support Consortium – InTASC). Defensores das NCE dependem no governo federal para apoiar financeiramente o desenvolvimento da Parceria para Avaliação de Prontidão para Faculdades e Carreiras (Partnership for Assessment of Readiness for College and Careers – PARCC) e as Avaliações Equilibradas Inteligentes (Smarter Balanced Assessments). Avaliações como PARCC e SBA vão acontecer durante o ano escolar 2014-2015 para testar o novo princípio operante, a saber que o país deve todo visar aos mesmos padrões. As Normas Comuns Estaduais devem se apoiar com mais força em materiais de fontes primárias; espera-se que alunos K-12 demonstrem como chegaram ao conhecimento conceitual, e são avaliados sobre o que “efetua”. De seus professores, por sua vez, é esperado que demonstrem domínio sobre o assunto e as competências (competências de conhecimento de conteúdo pedagógico e a disposição para utilizar tais competências), e que produzam evidência do aprendizado dos alunos.

Além disso, MVA, ou “medidas de valor agregado”<sup>4</sup>, são cada vez mais usadas para provar que o aluno está aprendendo em sala de aula. Capturar essas evidências usando as MVA está incluído como uma porção da avaliação da atuação dos professores, e essa avaliação é, por sua vez, determinante do pagamento por “mérito” em vários distritos escolares. O que segue na próxima seção é uma discussão sobre o que “candidatos” a professores devem demonstrar ou atuar para se tornarem professores profissionais e licenciados. Para que o professor seja licenciado pelo estado, ele deve ser aprovado por um novo poder, a Avaliação de Performance de Professores (Teacher Performance Assessment – EdTPA). A EdTPA eleva o paradigma da

---

4 N.d.T.: VAMS, or “value-added measures”

“evidência” explicitamente exigindo que os candidatos a professores filmem um segmento de seu trabalho pedagógico de ensino e façam o vídeo responder a várias normas específicas prescritas. O vídeo é essencialmente enviado a um revisor “externo”; esse revisor trabalha efetivamente para um enorme oligopólio, o PEARSONS Inc. Educational Services (Serviços Educacionais PEARSON Inc.). A Universidade de Stanford é descrita como a criadora da EdTPA; PEARSON Inc. é o criador do produto em si. Ele cria os materiais e rubricas e treina os avaliadores para usarem a rubrica; os professores devem pagar US\$300 diretamente para PEARSON Inc. para determinar o destino de sua carreira.

### **3 CONCLUSÃO: COMUM PARA QUEM?**

Em suma, o conjunto das Normas Comuns Estaduais (NCE; Common Core State Standards – CCSS) passou por uma fase de desenvolvimento, uma fase de defesa, uma fase de implementação (ainda ocorrendo, com várias oposições), a serem seguidas por uma fase de avaliação crítica, no ano letivo de 2014-14 (MCDONNELL, L.M. & WEATHERFORD, M.S., Dezembro, 2013). O ponto crítico é que mais de 20 anos de reformas baseadas em normas falharam porque a decisão foi deixada para os legisladores estaduais. O que surgiu recentemente, em grande parte movido por NGA e CCSSO (de modos diferentes e com interesses variados e/ou diferentes: cidades grandes frequentemente têm necessidades mais imediatas do que estados no geral), foi um consenso sobre a necessidade de mais graduados no ensino médio para entrar como “capital humano” no mundo de trabalho, prontos para se tornarem “globalmente competitivos”. A chave é que o processo foi financiado pela Gates Foundation (US\$200.000.000) e outras (dezenas de milhões de dólares). CCSS também é tacitamente apoiada pelo governo federal através de programas de incentivo, mas significativamente Race to the Top (MCDONNELL, L.M. & WEATHERFORD, M.S., December, 2013).

É sempre feita a distinção que esse é um programa estadual apoiado por fundações privadas e precisando de assistência política de tomadores de decisão chaves do governo e da legislatura estadual. A ideia era então, e continua sendo agora, que em um sistema federalista é melhor manter o governo federal à distância. McDonnell & Weatherford (2013) notam que o Presidente Obama foi dissuadido pela NGA e por outros assessores das Normas Comuns da ideia de ligar fundos das escolas Title 1 à adoção das Normas Comuns. O governo federal, no entanto,

tornou a aceitação das Normas Comuns essencial para os estados que quisessem aceitar fundos do programa Race to the Top.

## REFERÊNCIAS

CHUBB, J. E., & MOE, T. M. **Politics, markets, and America's schools**. Washington, D.C: Brookings Institution., 1990

Congratulations. You Own It. (Abril, 2014). **An Open Letter to Wisconsin State Elected Officials on the Full and Imminent Implementation of Common Core State Standards, 2014.**

ENRIG, G. (Abril, 2008) An Idea Whose Time Has Gone: Conservatives abandon their support for school vouchers. **Washington Monthly, 2008.**

JILANI, Z. (Maio, 2011) **ZAID REPORT: Meet The Billionaires Who Are Trying To Privatize Our Schools And Kill Public Education.**

<http://thinkprogress.org/politics/2011/05/21/168363/billionaires-privatize-education/>, 2011.

GARCÍA, L. E. AND KIPPERS, B. (September 21, 2014) “Students lose at expense of taxpayer-funded vouchers” **Milwaukee Journal-Sentinel**, 2014.

GARVEY, E., MITCHELL, C., SCHMITZ, T., KETTELER, G., & ON THE EARTH PRODUCTIONS. (2000). **A matter of fact.** Oconomowoc, WI: On the Earth Productions, LLC. See [http://youtu.be/U-jxDaFdhCA?list=UUFX1i0A48yI\\_Q5ejBngKKTQ](http://youtu.be/U-jxDaFdhCA?list=UUFX1i0A48yI_Q5ejBngKKTQ)

MATHIS, W. J. **The “Common Core” Standards Initiative: An Effective Reform Tool?** Boulder and Tempe: Education and the Public Interest Center & Education Policy Research Unit. Retrieved [date] from <http://epicpolicy.org/publication/common-core-standards>, 2010.

MCDONNELL, L. M. & WEATHERFORD, M. S. (December, 2013) “Organized Interests and the Common Core.” **Educational Researcher**, Vol. 42 No. 9, pp. 488-497, 2013

MIRANDA, R. **Voucher Vultures in** PRICE, T. A., DUFFY, J., & GIORDANI, T. **Defending public education from corporate takeover.** University Press of America, 2013.

NATOLI, J. (Monday, 20 January 2014). **Dark Affinities: Liberal and Neoliberal.** **By Truthout | Op-Ed.** <http://truth-out.org/opinion/item/21139-dark-affinities-liberal-and-neoliberal>, 2014.

PRICE, T. A. (April 2014). “The Real Common Core: Education For the Few. **People’s Tribune.** Copyright © 2014 Visit us at <http://peopletribune.org>, 2014

WITTKOPF, S. **The New Segregation – Education Funding A longitudinal study of Wisconsin education funding.** Forward Institute, Wisconsin Public Policy Research, 2014.